

centro de interpretação ambiental viana do castelo

O Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - Programa Polis foi lançado em 2000 e engloba grandes operações integradas de requalificação em 28 cidades e outras 12 intervenções de menor dimensão.

As intervenções ao abrigo do Programa Polis têm uma forte componente de valorização ambiental e visam contribuir para a requalificação e revitalização das cidades, melhorando a qualidade do ambiente urbano e valorizando a presença de elementos ambientais estruturantes, ao mesmo tempo que promovem o aumento de zonas verdes e de áreas pedonais.

Viana do Castelo foi a primeira cidade a ser dotada com o Programa Polis, uma vez que desde 1995 detinha um Plano Estratégico que definia as linhas condutoras de um desenvolvimento sustentado. Pela primeira vez, a cidade olhava para a sua localização geográfica como uma potencialidade, iniciando assim de uma forma coerente intervenções no espaço público.

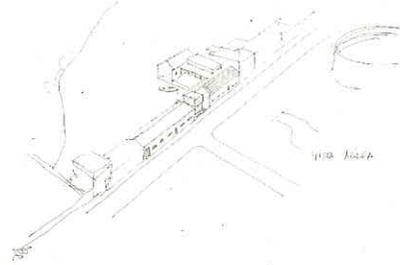
O Programa Polis veio assim premiar o trabalho de planeamento municipal e permitir a execução de um programa vasto de intervenções de valorização do espaço público da cidade, abrindo portas para o futuro.

Os objectivos estratégicos definidos pelo Programa Polis em Viana do Castelo foram:

Valorizar a proximidade da presença de três ecossistemas naturais (mar, rio e serra) e o seu cruzamento na cidade, aqui entendida como o ecossistema do homem.



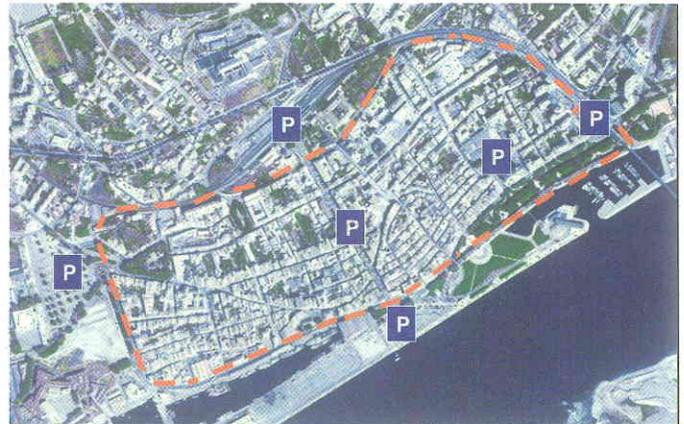
Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental



Qualificar o centro histórico, devolvendo-o aos peões e estudando alternativas para a circulação e estacionamento de veículos automóveis

Apostar na valorização de toda a frente ribeirinha, privilegiando o contacto com o rio e transformando-o num novo centro lúdico, cultural e administrativo da cidade

Após períodos de discussão pública muito participada, a cidade foi dotada de três Planos de Pormenor, para uma área de 157 hectares, que traçam as regras de intervenção na cidade e constituem uma importante ferramenta para a gestão da urbe.



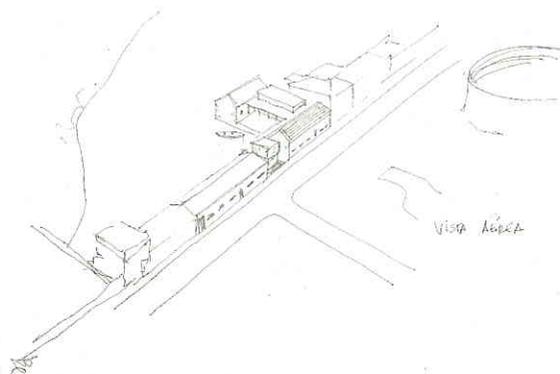
A conclusão do anel viário envolvente permite retirar o trânsito do Centro Histórico e devolvê-lo às pessoas. Área predominantemente pedonalizada, com 57 hectares, o centro de Viana do Castelo é servido por um conjunto de parques de estacionamento subterrâneo com uma capacidade de 3000 lugares, complementados com um circuito de autocarros eléctricos.

As principais intervenções do Programa Polis são o Parque Urbano (uma área de lazer com 23 hectares) o anel viário envolvente, a recuperação da zona degradada junto ao parque da cidade, o Centro de Interpretação Ambiental, anel viário envolvente ao Centro Histórico, parque de estacionamento e arranjos exteriores do Campo da Agonia, requalificação do largo de Santa Catarina, Praça da Liberdade, recuperação da zona Largo das Almas/São Bento e ponte pedonal móvel.

Toda a intervenção foi feita com acompanhamento ambiental, que envolveu a elaboração de um Estudo de Incidências Ambientais sobre toda a área de intervenção e



centro de interpretação ambiental viana do castelo

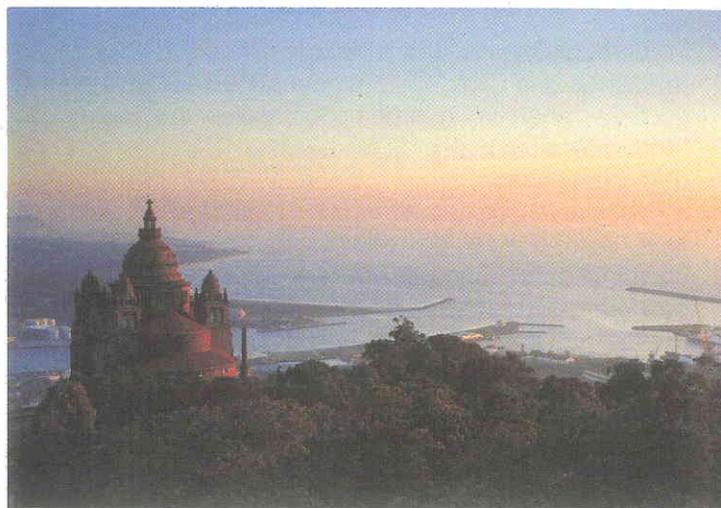


que identificou os impactes ambientais e propôs medidas minimizadoras dos impactes negativos e potenciadoras dos positivos. Foi ainda feita monitorização de vários parâmetros ambientais e, através de um Plano de Gestão Ambiental, garantido o cumprimento dos requisitos legais e minimizados os impactos das obras para as pessoas e para o meio.

A comunicação e a sensibilização ambiental são duas importantes componentes do Programa Polis, com o objectivo de informar e sensibilizar a população para o âmbito da intervenção e para o seu carácter ambiental inovador.

O Plano Estratégico da Cidade de Viana do Castelo, datado de 1995, identificava a "qualificação e valorização ambiental" como apostas estratégicas fundamentais para a afirmação da cidade.

Hoje, fruto da estratégia adoptada em 1995, o município de Viana do Castelo definiu as linhas estruturantes para um desenvolvimento sustentável da cidade e concelho:



O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental e o Parque Urbano assumem uma forte componente de educação e formação cívica, científica e estética.

O Parque Urbano é composto por áreas de grande sensibilidade paisagística e ambiental, privilegia uma gestão racional com capacidade de renovação dos recursos naturais, tendo como objectivos essenciais a protecção, conservação e a valorização dos sistemas ecológicos em presença.

O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental é um espaço interactivo de participação pública, tendo como objectivo central contribuir para a melhoria contínua da qualidade de vida urbana.

Alguns dos seus propósitos são:

- * Apoio a toda a comunidade na "descodificação" dos elementos naturais que rodeiam o Homem
- * Apoio à comunidade escolar no desenvolvimento de projectos – componente ambiental, promoção hábitos de vida saudáveis, etc.
- * Promoção de acções de formação e de esclarecimento à comunidade em geral, técnicos, educadores, etc.
- * Promoção da valorização do meio natural no espaço urbano através da dinamização de actividades culturais respeitando sempre o equilíbrio natural.
- * Contribuir para a implementação da Agenda 21 Local.

Valorização da orla costeira e da frente ribeirinha;
Requalificação urbana e mobilidade sustentável;
Espaços florestais sustentáveis;
Optimização do metabolismo urbano (redução dos consumos de água, energia, redução do ruído e dos efluentes líquidos);
Educação para a sustentabilidade.

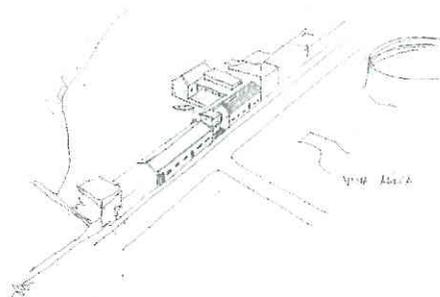
A consolidação destes projectos requer uma actuação permanente de todos os instrumentos e veículos de educação e mobilização ambiental.



centro de interpretação ambiental

viana do castelo

MOINHO DE MARÉS



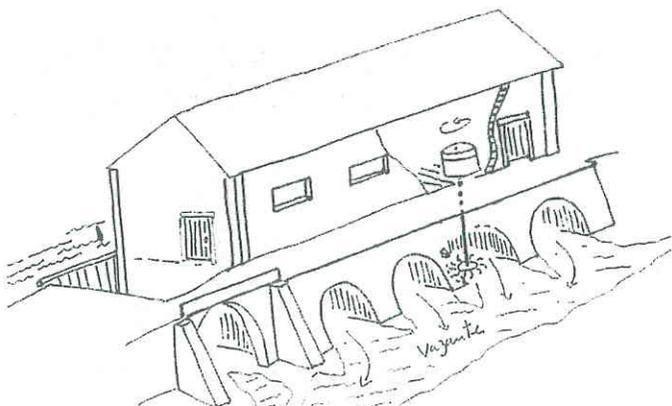
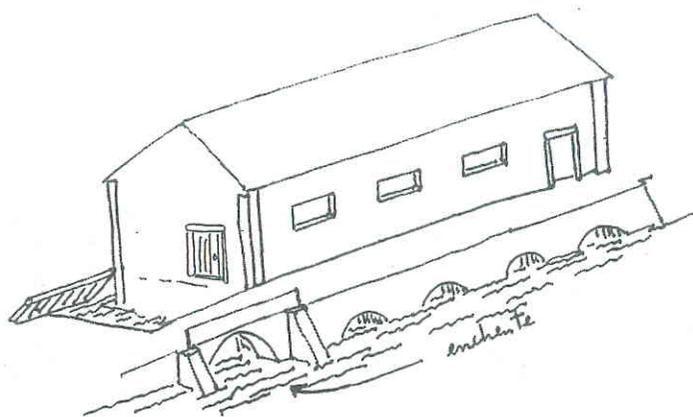
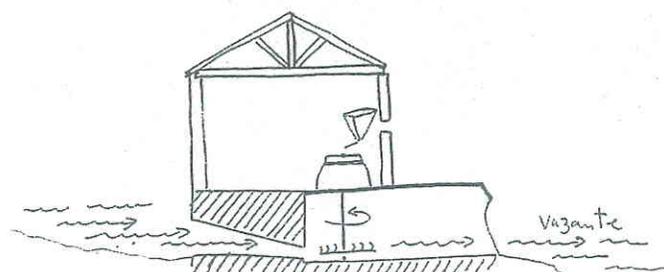
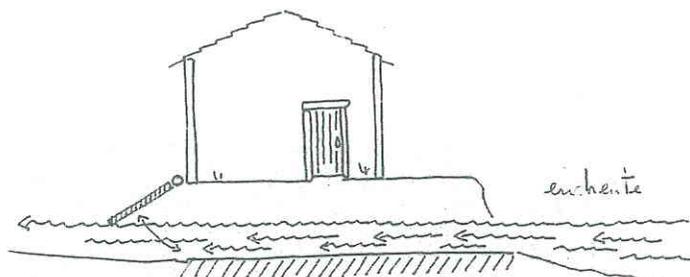
Azenhas de D. Prior é o nome pelo qual os vianenses conhecem o Moinho de Maré situado no limite da cidade com a freguesia da Meadela, onde o ribeiro de Fornelos desagua no rio Lima.

Os moinhos de maré são o tipo menos comum de aproveitamento da energia hidráulica no Norte do país. De facto, numa região onde uma densa rede hidrográfica permite a disseminação de azenhas de roda vertical nos rios de maior caudal e de pequenos moinhos de rodízio pelas linhas de água menos importantes, o moinho de maré, devido à especificidade das condições geográficas que exige, torna-se mais raro.

O moinho de maré, uma vez que funciona com a diferença entre a preia-mar e a baixa-mar, precisa de condições muito específicas: proximidade da costa, geralmente no estuário dos rios, e uma zona que a preia-mar alaga.

O seu funcionamento é semelhante ao dos pequenos moinhos: um jacto de água é dirigido de forma a incidir nas penas do rodízio, imprimindo-lhe um movimento giratório, que um veio transmite directamente à mó.

Para que seja a diferença entre as marés a criar esse jacto, o moinho tem de ser construído no local onde as



águas do rio, sob a pressão da maré alta, crescem para a margem, alagando-a, regularizando essa mesma entrada através de um canal, com uma comporta.

A força do caudal na enchente abre a comporta, permitindo assim a passagem da água. Neste movimento da maré, o moinho está parado. Quando a maré enche totalmente e se inicia a vazante, o caudal toma o sentido contrário, fechando a comporta.

O moleiro espera então que a água do rio desça o suficiente para emergir os rodízios e, nessa altura, abre as pequenas comportas afuniladas que vão esvaziar a caldeira, criando jactos de água que incidem nos rodízios, fazendo girar a mó. Quando a caldeira fica vazia os rodízios param, esperando pela nova maré cheia.

História

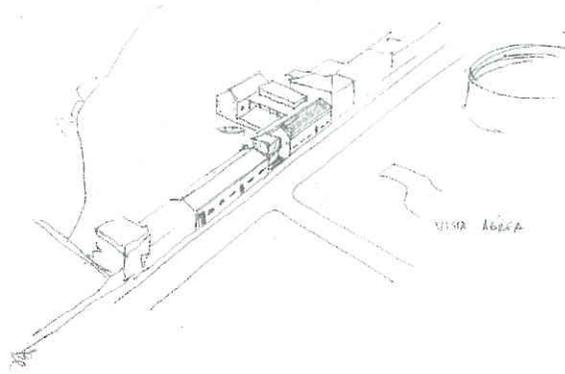
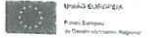
A história deste moinho inicia-se em 1803, quando António Pereira Pinto Araújo, Abade de Lobrigos e Dom Prior da Colegiada de Barcelos - que veio a dar o nome às azenhas -, solicitou autorização à Câmara para "fazer todo seu" o terreno pantanoso, "por não ser útil a algum indivíduo" a fim de o drenar e tornar cultivável e assim "assegurar a pública felicidade a todos os viventes desta vila". No entanto esse seu primeiro intento depressa desapareceu e logo em 1809 há referências à existência deste moinho movido pela força da maré, que aparece referenciado na *Carta Cadastral da Cidade de Vianna do Castello* de 1868, onde se pode ver a existência de 4 mós.

Não é possível ter certezas, uma vez que a documentação falta, mas é provável que nos finais do

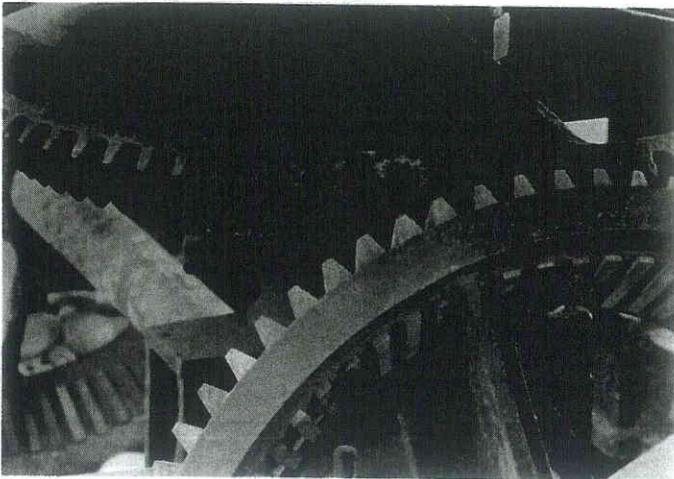


centro de interpretação ambiental

viana do castelo



século XIX, o industrial francês Jules Deveze tenha comprado as azenhas aos seus anteriores proprietários. Terá sido ele quem lhe introduziu enormes melhoramentos, transformando-o num mecanismo pré industrial. Para isso,



substituiu todo o maquinismo que seria de madeira, por outro de metal com um sistema de rodas dentadas e de desmultiplicação do movimento, a que terá anexado uma serração de madeira, movida pela mesma fonte de energia.

A importância desta indústria é reconhecida por Luís Figueiredo da Guerra em 1904, num Guia de Vianna do Castelo: "as indústrias vianenses limitam-se à moagem de cereais e serração de madeira e ainda à tecelagem de juta (...) A dúzia de fábricas de serração e moagem ocupam algumas dezenas de operários, situados nesta cidade, Senhora das Areias, em Darque, Portuzello, Santa Martha, Lanhezes e Barrozelas".

Entretanto as azenhas foram compradas por Leão Fernandes, num momento em que a sua importância decaiu, sendo abandonadas, talvez na década de 1930. O que anos antes fora uma importante indústria acabou por se transformar numa ruína.

Em 1939 o conde d'Aurora descreveu as azenhas no seu Roteiro da Ribeira Lima: "à beira do Lima ficam as Azenhas do Dom Prior, condenadas pelo

modernismo: há décadas que a força motriz dessas velhas azenhas é a maré! Isso mesmo: a célebre hulha verde, glória do século, existe há muito em Viana, nas arcaicas, velhas, poéticas azenhas de D. Prior, cobertas de erva e de musgo".

Nos anos que se seguiram, este moinho parecia ter o destino traçado. Em 1971, a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos aconselhou mesmo o aterro da caldeira, dizendo que "tal lagoa constitui um autêntico charco ou pântano, grande foco de mosquitos que tanto afligem a vizinhança e só havia o maior interesse e vantagem no seu desaparecimento, até por constituir um extenso terreno dentro da cidade que bem poderia ser aproveitado

para fins residenciais (...) O progresso, o desenvolvimento e o bem da «princesa do Lima» não pode compadecer-se com saudosismos doentios ou de espíritos de «velhos do Restelo». Ainda bem que esta zona da cidade está agora a passar por uma fase de urbanização, expansão, etc., a todos os títulos utilíssima, louvável e de saneamento (...) E das azenhas, ou da relíquia de engenharia hidráulica não ficará lembrança nem saudade. 28/8/1971".

Com o Programa Polis, as Azenhas de D. Prior retomam uma nova fase da sua vida, não com intuítos saudosistas, mas, muito pelo contrário, integrando o novo Parque da Cidade, com o objectivo de mostrar aos mais novos como é possível e desejável o aproveitamento de uma fonte de energia não poluente, gratuita e inesgotável.

